



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

ANA ANDRÉA VIEIRA DE CASTRO

**“PARA QUE NÃO O ESQUEÇA(M)” - ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO
PESSOAL JOSÉ ALBERTO KAPLAN: relato de experiência**

**JOÃO PESSOA
2019**

ANA ANDRÉA VIEIRA DE CASTRO

**“PARA QUE NÃO O ESQUEÇA(M)” – ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO
PESSOAL JOSÉ ALBERTO KAPLAN: relato de experiência**

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade artigo, apresentado ao curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharela em Arquivologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Rosa Zuleide de Lima Brito

**JOÃO PESSOA
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C355& Castro, Ana Andréa Vieira de.

"Para que não o esqueçam" - organização do Arquivo Pessoal José Alberto Kaplan: relato de experiência / Ana Andréa Vieira de Castro. – João Pessoa, 2019.
31f.: il.

Orientador(a): Profª Dr.ª Rosa Zuleide de Lima Brito.
Trabalho de Conclusão de Curso (Arquivologia) – UFPB/CCSA.

1. Arquivo pessoal. 2. José Alberto Kaplan. 3. Práticas arquivísticas. 4. Arranjo documental. 5. Memória musical. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:930.25(043.2)

ANA ANDRÉA VIEIRA DE CASTRO

**“PARA QUE NÃO O ESQUEÇA(M)” – ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO
PESSOAL JOSÉ ALBERTO KAPLAN: relato de experiência**

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade artigo, apresentado ao curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharela em Arquivologia.

Aprovada em 17 / 05 / 2019

BANCA EXAMINADORA

Rosa Zuleide Lima de Brito

Profª. Dra. Rosa Zuleide de Lima Brito (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Maria Amélia Teixeira da Silva

Profª. Ma. Maria Amélia Teixeira da Silva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Alba Lúcia de Almeida Silva

Profª. Ma. Alba Lúcia de Almeida Silva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

RESUMO

Trata do processo de organização do arquivo pessoal do maestro e professor José Alberto Kaplan (JAK), localizado no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFPB. Enfoca, sobretudo, as atividades realizadas na segunda fase, com ênfase na classificação e elaboração do quadro de arranjo. Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, tendo o Estudo de Caso como método. Os dados foram obtidos através da experiência por observação direta e atuação prática da pesquisadora no cotidiano arquivístico enquanto servidora da Instituição e responsável pela organização do Arquivo JAK. Para o embasamento teórico, buscou referencial em autores nacionais sobre arquivos pessoais e classificação/arranjo de documentos. Constatou-se, por meio desta pesquisa a importância do arranjo, enquanto instrumento metodológico que, concatenado a outros procedimentos técnicos, a exemplo da descrição, garantem a organização, preservação, disponibilização e acesso a documentos e informações de grande valor cultural, musical e social, contidos nos arquivos pessoais, em particular no Arquivo de JAK. A pesquisa pretendeu contribuir, de forma efetiva, para as ações voltadas aos arquivos pessoais, enquanto prática de pesquisa no âmbito da Arquivologia, e uma maior visibilidade do acervo de Kaplan.

Palavras-chave: Arquivo pessoal. José Alberto Kaplan. Práticas arquivísticas. Arranjo documental. Memória musical.

ABSTRACT

It deals with the process of organizing the personal archive of teacher and teacher José Alberto Kaplan (JAK), located in the Documentation and Regional Historical Information Center of the UFPB. Focus mainly on the activities carried out in the second phase, with emphasis on the classification and elaboration of the framework of arrangement. It is characterized as a descriptive research, with a qualitative approach; taking the case study as a method. The data were obtained through the experience by direct observation and practical action of the researcher in the daily archival as a servant of the Institution and responsible for the organization of the JAK Archive. For the theoretical background, he sought reference in national authors on personal archives and classification / arrangement of documents. Through this research, the importance of the arrangement was verified as a methodological instrument that, together with other technical procedures, such as the description, guarantee the organization, preservation, availability and access to documents and information of great cultural, musical and social value, contained in the personal archives, in particular in the JAK Archive. The research aimed to contribute, in an effective way, to the actions directed to the personal archives, as a research practice within the scope of Archivology, and a greater visibility of the Kaplan archives.

Keywords: Personal archive. José Alberto Kaplan. Archival practices. Documentary arrangement. Musical memory.

1 INTRODUÇÃO

A escolha de um tema para um trabalho de conclusão de curso é sempre desafiadora, pois na sua tessitura emanam processos de conhecimento, afinidade, gratidão e encantamento.

O artigo, ora apresentado, versa sobre o processo de organização do arquivo pessoal do maestro, pianista, compositor e professor José Alberto Kaplan e a importância desse processo para a preservação, disponibilização e acesso de um rico acervo musical. Cumpre registrar que a abordagem do artigo prioriza as atividades que estão sendo realizadas na segunda etapa de desenvolvimento dos trabalhos.

O interesse pela temática, além do cunho científico (objeto, princípios, metodologia da Ciência Arquivística, aplicados aos arquivos pessoais), se justifica também por questões profissionais e pessoais: o referido acervo foi doado em vida e os primeiros contatos foram estabelecidos entre o próprio produtor e a autora do artigo em tela, enquanto arquivista do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Na ocasião, o professor Kaplan externou sua vontade em doar seu acervo para o NDIHR e logo se iniciaram os primeiros procedimentos para a execução da doação. Foram realizadas visitas técnicas em sua residência para avaliar o acervo e, para nossa alegria e deleites da equipe foram vividas horas e horas de puro encantamento ao ouvir parte da sua bela trajetória de vida (pessoal e profissional), que se estenderam em momentos posteriores, em poucas, mas longas e intensas ligações telefônicas, realizadas pelo prof. Kaplan ao NDIHR.

“Para que não o esqueça(m)” – organização do arquivo pessoal José Alberto Kaplan: relato de experiência é de certa forma uma prestação de contas à sociedade e uma pequena homenagem à memória do titular/produtor, no ano em que se completa uma década de seu falecimento.

Nota-se pelo exposto que há mais de uma década o acervo arquivístico do prof. Kaplan se encontra no NDIHR para ser tecnicamente tratado. Daí surge como questionamento: passado todo esse tempo, o referido acervo já se encontra organizado ou ainda está em processo de organização? A resposta e os motivos serão explicitados mais adiante na “história arquivística do Fundo José Alberto Kaplan”.

No sentido de atender à questão proposta, pretende-se como objetivo geral descrever os caminhos percorridos no processo do tratamento arquivístico do acervo

pessoal José Alberto Kaplan, destacando sua segunda fase de organização. Com o propósito de alcançar este objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: realizar o levantamento das atividades desenvolvidas pelo produtor, identificar as séries documentais, descrever as séries documentais existentes e elaborar o quadro de arranjo.

O presente artigo encontra-se estruturado em cinco partes: a primeira é a introdução, na qual são expostos o tema, as justificativas, a problematização, os objetivos e a metodologia; a segunda apresenta os aportes teóricos que fundamentam a organização dos arquivos pessoais; a terceira descreve o ambiente da pesquisa, apresentando o NDIHR/UFPB e seu Arquivo, a quarta uma breve biografia do Prof. Kaplan, a história arquivística do Fundo José Alberto Kaplan (JAK) e a organização do Arquivo, e por fim, as considerações finais, em que será destacada a importância desse trabalho como mais uma contribuição que vem se juntar às ações voltadas aos arquivos pessoais enquanto prática de pesquisa no âmbito da Arquivologia e o enorme potencial do acervo de Kaplan para as pesquisas sobre o ensino da música e para a memória musical na UFPB e na Paraíba. Seguem-se, no final as referências utilizadas.

1.1 O fazer metodológico

A escolha do estudo em pauta tem o intuito de articular teoria e prática no campo dos arquivos pessoais, através de um relato de experiência em que o conhecimento técnico e científico visa contribuir para o aprimoramento do profissional de arquivo, voltado especialmente para esse campo de atuação e para a preservação de um rico acervo documental.

Nesta direção, buscou-se uma metodologia de pesquisa capaz de atender aos objetivos propostos. Definir o método, a partir do fenômeno, é trilhar o caminho para se chegar a um determinado fim. Para Gil (2007, p.26), o método científico é, portanto, definido como “o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Calazans corrobora com esse pensamento, quando afirma que

um dos elementos fundamentais para a condução de qualquer trabalho científico é a escolha metodológica, que se constitui na seleção de procedimentos sistemáticos e/ou estratégias de pesquisa para descrição e explicação de uma determinada situação de estudo. (CALAZANS, 2007, p. 39).

Este trabalho pode ser classificado como uma pesquisa **descritiva e qualitativa** tendo o “**Estudo de Caso**”, como método científico, além do uso de outras técnicas consideradas relevantes na abordagem da realidade a ser estudada. Marconi e Lakatos (2008, p.17), lembram que

nas investigações, em geral, nunca se utiliza apenas um método ou uma técnica, e nem somente aqueles que se conhece, mas todos os que forem necessários ou apropriados para determinado caso. Na maioria das vezes, há uma combinação de dois ou mais deles, usados concomitantemente.

Nessa perspectiva, ao escolher o estudo de caso, tornou-se possível fazer com que o processo de pesquisa se voltasse para o universo dos arquivos pessoais. Por ser este um universo bastante complexo, foi necessária a utilização da pesquisa descritiva com abordagem qualitativa.

Segundo Gil (2007) a pesquisa descritiva tem como objetivo essencial a descrição de um determinado fenômeno ou população, através da observação, registro e análise. A atuação prática é uma das suas principais características. Sobre essa questão o mesmo autor lembra que:

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc. (GIL, 2007, p. 44)

Sobre a abordagem qualitativa, Minayo et al (1994, p.21-22) afirmam que

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atividades, [...] que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

Além de permitir a investigação de fenômenos complexos, o Estudo de Caso possibilita a construção da trajetória empírica da pesquisa, por meio de uma busca circunstanciada de informações, na medida em que analisa “um fenômeno contemporâneo”, inserido e delimitado por seu contexto, tempo e lugar - a pesquisa descritiva. O que torna isso possível é uma de suas características mais marcantes, que é o seu caráter heterogêneo, capaz de absorver vários métodos e técnicas de pesquisa.

O universo da pesquisa compreende o Arquivo Pessoal do professor e maestro José Alberto Kaplan, presente no Núcleo de Documentação e Informação História Regional (NDIHR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nessa direção, Marconi e Lakatos (2009, p.112) afirmam que “a delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos, etc., serão pesquisados, enumerando suas características comuns”. Os dados foram obtidos através da experiência (observação, atuação prática) da pesquisadora no cotidiano arquivístico, enquanto servidora da Instituição e responsável pela organização do Arquivo JAK.

Através de estudos de textos da área e fontes documentais foi possível não só verificar as possibilidades de diálogo entre a teoria e o campo empírico, mas também atuar efetivamente na classificação/arranjo do Fundo Arquivístico JAK. A pesquisa bibliográfica foi fundamental para a reflexão teórica sobre o estado da arte dos arquivos pessoais e os conceitos de classificação/arranjo.

2 ARQUIVOS PESSOAIS: em busca do seu lugar e contexto

Estudar a origem dos documentos e dos arquivos é debruçar-se na história do desenvolvimento humano. Não cabe, aqui, fazer esse caminho. No entanto, vale destacar que os novos olhares e as novas formas de conceber o documento e o arquivo, imprimem, na sociedade atual, uma nova marca, dada pelo avanço da área nas últimas décadas.

Não desmerecendo a importância do debate sobre arquivos públicos e privados e arquivos privados de interesse público e social, não é nosso objetivo aqui estabelecer esse diálogo. Mesmo o nosso recorte se dando na seara dos arquivos privados e custodiado por uma instituição pública, os arquivos pessoais tem características e especificidades próprias que os distinguem dos arquivos privados (pessoa jurídica) e dos arquivos públicos (institucionais). O campo é instigante e é sobre ele que se vai debruçar.

Na tentativa de buscar um melhor entendimento acerca dos arquivos pessoais, recorreu-se especialmente à literatura arquivística brasileira, na qual constatou-se que os estudos sobre o tema são recentes e, até a década de 1970 eram escassos. Só a partir do final dos anos de 1990 e início da década de 2000, serão encontrados textos mais teóricos que técnicos, como afirmam Britto e Corradi (2017) em pesquisa realizada

sobre os aspectos teóricos e conceituais de arquivos pessoais. Bellotto (1998, p. 202) reverbera essa questão ao afirmar que

Interdisciplinares por excelência, dando motivos a infinitas abordagens e olhares, os arquivos pessoais não tinham merecido, até duas ou três décadas atrás, a devida atenção no que diz respeito à sua existência, rastreamento, organização e divulgação, nem tinham sido objeto de pesquisa como poderiam e deveriam ser. Hoje a situação é bem outra.

Apesar das crescentes pesquisas sobre a temática, foi verificado que “os arquivos pessoais nem sempre são tratados à luz da teoria arquivística, e as razões desse desvio são várias e poucas vezes justificadas” como explicam Camargo e Goulart (2007, p.36) ao pesquisarem sobre a existência de estudos a esse respeito. Elas chamam atenção para os autores clássicos da área, cujos estudos estavam voltados apenas aos documentos produzidos e acumulados por instituições, encarando os pessoais, como documentos complementares:

Considerados como coleções de documentos, os arquivos pessoais têm sido abordados por meio de critérios originários das bibliotecas, coerentes com a tradição de ali se depositarem as obras e os demais papéis dos escritores. Dessa perspectiva, os documentos são tratados um a um, gerando unidades descritivas autônomas. Resultado: transferem-se para o documento de arquivo os atributos do livro, cuja autonomia de significado – que o leva a constituir um verdadeiro universo de auto-suficiência – corresponde à possibilidade de ser descrito a partir de regras gerais, sem levar em conta o contexto em que foi produzido. (CAMARGO; GOULART 2007, p. 37).

Na contramão desse olhar clássico, Camargo e Goulart; (2007, p. 35) argumentam que é necessário “tratar o arquivo pessoal como um conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com atividades e funções de que se originaram”. É o “quando” e o “como”, “tempo e circunstância”, ou seja, é o contexto em que o documento foi produzido que deve ser considerado, o que as autoras denominam de “abordagem contextual dos arquivos pessoais”.

Em conferência proferida na abertura do “I Encontro de Arquivos Pessoais na Era Digital”, Ana Maria Camargo fala das principais características e especificidades dos Arquivos Pessoais, destacando a informalidade de muitos de seus documentos (os quais diferem dos institucionais que carregam em si os atributos legais e jurídicos). Esses documentos por serem desprovidos de metadados não são considerados na

literatura arquivística. Ressalta ainda, que os “meios inusitados de registro, não nos impede eles de reconhecer sua funcionalidade e, portanto, seu contexto de produção” (2008, p.8). Ainda sobre a informalidade dos arquivos pessoais e seu lugar no campo teórico, Lopes 2003 p.70) reverbera que:

Os arquivos pessoais, por suas características informais, testam os limites dos princípios teóricos da Arquivologia, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, os reforçam, como única salvaguarda para que tais conjuntos não percam a unicidade e coesão arquivística que os caracterizam.

Nesse limiar, “arquivos pessoais são arquivos” e como tal devem ter a devida atenção de profissionais e pesquisadores da área arquivística. Bellotto (2004, p.266), define arquivos pessoais como

O conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividades de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade.

Partindo dessa perspectiva, depreende-se uma concepção presente nos processos de recolhimento/tratamento de arquivos pessoais pelas instituições de memória, as quais não consideram a documentação produzida por cidadãos comuns e sim por homens e mulheres proeminentes, que tem ou tiveram destaque na ciência, na política, nas artes, na literatura, enfim, na sociedade. São os chamados arquivos privados de interesse público e social.

A Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu Art. 12 determina que: “os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”.

Ainda sobre a definição de arquivos pessoais, a Lei nº 8.159/1991, embute o seu conceito na própria definição geral de arquivos privados. Em seu Art. 11: “consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas

físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”. Em sua definição, a lei não considera as características, os contornos e as especificidades dos arquivos pessoais.

Oliveira (2012, p.33) entende por arquivos pessoais “um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”. Independentemente da forma ou suporte, esses documentos representam a história de vida de seu titular, tanto no âmbito pessoal como profissional. Neles estão representadas as relações consigo mesmo e com a sociedade. São registros da sua intimidade, das suas paixões, dos seus *hobbies*, da sua atuação profissional, das suas obras, etc. Oliveira (2012) lembra que os documentos que compõem os arquivos pessoais trazem em si as cinco características dos documentos de arquivo: autenticidade, imparcialidade, organicidade, naturalidade e unicidade, portanto, “os arquivos pessoais são arquivos”.

Os conceitos formulados por Bellotto (2004) e Oliveira (2012), mesmo com diferenças, ao nosso entendimento contemplam uma concepção dominante sobre arquivos pessoais, percebidas, neste trabalho, nas similitudes comprovadas na vivência empirista.

2.1 Os contornos de um fundo de arquivo de origem pessoal

Por fundo de arquivo, entende-se o conjunto de documentos (de qualquer formato, natureza ou suporte) produzido, recebido e acumulado em processo natural por uma mesma instituição, entidade ou pessoa (BERNARDES, 1998).

Os interesses pelos chamados arquivos pessoais, sempre foi uma realidade no meio da produção acadêmica (nas mais diversas áreas do conhecimento) e na seara dos profissionais de arquivo também. Claro que os interesses são distintos. Cabe ao arquivista e a sua equipe a responsabilidade de tratar, para colocar à disposição dos pesquisadores, esses arquivos de características tão especiais, quando recolhidos a entidades ou instituições.

É um trabalho de encantamento, mas também de muito desafio, sensibilidade e convencimento, que começa antes do recolhimento desses acervos à instituição arquivística custodiadora. O indicado é que a partir dos primeiros contatos com o doador (produtor ou família) sejam estabelecidos os procedimentos de todo o processo, inclusive que seja doada a totalidade do acervo. Para as boas práticas arquivísticas, não é recomendável, por exemplo, que o doador entregue o seu arquivo gradativamente

(uma parte quando doado, outra parte no ano seguinte e assim sucessivamente). Entretanto, nem sempre o que recomenda os manuais da área, acontece. Na prática, a realidade é bem diferente.

A esse respeito, Ariane Ducrot (1998, p.155-157), que estuda os arquivos pessoais e familiares, diz que os proprietários de arquivos privados cometem frequentemente três erros graves, com a melhor das intenções. Quais sejam:

	Erros	Procedimentos
1º	O proprietário desejando colocar seus arquivos à disposição dos pesquisadores, os distribui segundo as atividades exercidas por este ou aquele membro da família: entrega, por exemplo, os arquivos de seu pai, várias vezes ministros, a cada ministério correspondente.	É preciso explicar ao proprietário que é tão indispensável conservar agrupados os arquivos provenientes de uma mesma família ou pessoa, quanto os objetos de um sítio arqueológico ou as peças de um vitral.
2º	O proprietário entrega o conjunto de seus arquivos a uma única instituição, mas o faz por remessas sucessivas, frequentemente com intervalos de vários anos.	É preciso explicar ao proprietário que para organizar um acervo é necessário que ele esteja completo.
3º	O proprietário entrega o conjunto de seus arquivos a uma única instituição, mas frequentemente sem dizê-lo, conserva certos documentos, como autógrafos prestigiosos que tem ou um forte valor afetivo para ele, ou um valor financeiro elevado.	É preciso reconhecer seu direito sobre esses documentos, mas informá-lo que algum dia há possibilidade de extravio e esses documentos não constaram no inventário do arquivo. Uma boa solução seria a reprodução desses documentos e a decisão de quem fica com o original.

Esses erros “bem-intencionados”, juntamente com as características e configurações próprias dos documentos (alguns suportes e formatos nada convencionais e bastante inusitados) dão a esses conjuntos documentais contornos fluidos e indefinidos, e que geram grandes desafios (instigantes e prazerosos) aos profissionais de arquivo que lidam com esse segmento.

Ainda sobre o caso das remessas sucessivas de documentos com intervalos de vários anos, esta prática não permite, por exemplo, uma classificação satisfatória, só ocorrendo quando se tem a totalidade do acervo.

2.2 Classificação/Arranjo dos Arquivos Pessoais

Não é objetivo dessa pesquisa, estabelecer uma discussão sobre as convergências ou divergências entre “classificação e arranjo” e sim apresentar a importância desse procedimento no processo de organização de arquivos pessoais.

A função básica de um arquivo, seja ele público ou privado, é tornar disponíveis as informações contidas no seu acervo, ou seja, garantir o acesso. Para isso, se faz necessária, por parte das instituições arquivísticas, a adoção de procedimentos técnicos de classificação/arranjo e descrição da documentação sob sua guarda/custódia.

Para Ducrot (1998), “a classificação” é um conjunto de operações intelectuais e materiais que possibilitam a organização de um fundo de arquivos de modo a facilitar as consultas, independente do pesquisador e do tema a ser pesquisado. Lembra também que a organização do fundo deve ser feita respeitando as suas singularidades e os princípios da Arquivística. Essa definição muito se assemelha as estabelecidas pelos estudiosos da terminologia arquivística brasileira, que considera que o termo “classificação” deve ser usado para documentos, tanto na fase corrente quanto na permanente (BELLOTTO, 2004). No entanto, Bellotto (2004, p. 135) destaca que

na prática arquivística brasileira, tem permanecido o uso do vocábulo “arranjo” para designar a organização dos documentos nos arquivos de terceira idade. O importante é que o princípio que norteia a classificação no âmbito dos arquivos correntes – a obediência às atividades e às funções do órgão produtor – não se perca.

A afirmativa denota que a terminologia arquivística brasileira consagrou o uso do termo “arranjo” para os procedimentos técnicos de classificação nos arquivos permanentes. Vejamos algumas definições nos principais dicionários da área:

Obra	Instituição	Ano	Definição de “Arranjo”
Dicionário de Termos Arquivísticos	Universidade Federal da Bahia	1989	Operação intelectual, com base no princípio da proveniência e de acordo com um plano previamente estabelecido, desenvolvida para tratamento de um núcleo, ou parte de um núcleo, de modo a que reflita a estrutura administrativa e as funções exercidas pelas entidades produtoras do núcleo. Refere-se a ordenação dos núcleos, e dos itens dentro dos núcleos documentais uns em relação aos outros, ordenação das séries dentro dos núcleos, e dos

			itens dentro das séries.
Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo São Paulo	1990	Sequência de operações que, com base no princípio da proveniência e de acordo com um plano previamente estabelecido, visam a dispor os conjuntos de documentos de um arquivo de modo a que reflitam a estrutura administrativa e as funções exercidas pelas entidades produtoras.
Dicionário de Terminologia Arquivística	Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo São Paulo	1996	Denominação tradicionalmente atribuída à classificação nos arquivos permanentes
Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística	Arquivo Nacional	2005	Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção , de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido.

Como afirma Santos (2005, p.38), “o objetivo do arranjo é dar visibilidade às funções e às atividades do produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos”. Nesse sentido, é uma construção lógica, pois só a partir da análise do produtor de documentos de arquivo (no caso, Kaplan), são criadas categorias (grupos, subgrupos, séries, subséries, dossiês - quando necessário) que dizem respeito às funções e atividades identificadas.

A classificação/arranjo obedece ao princípio da proveniência, a ordem original e da organicidade e como tal precisa obter forma material através do chamado “quadro de arranjo” (para os arquivos de terceira idade) que tem o objetivo, nas palavras de Gonçalves (1998, p. 14):

[...] de traduzir visualmente as relações hierárquicas e orgânicas entre as classes definidas para a organização da documentação. Vale destacar que, no caso da documentação de caráter permanente, as classes ganham nomes específicos: grupos subgrupos e séries.

Em seu celebre artigo “Arranjo: estrutura ou função?”, Viviane Tessitore (1989) discute as definições, métodos e técnicas de arranjo veiculado pela literatura da área e desenvolvido no cotidiano do fazer arquivístico. Tessitore (1989, p. 26) afirma que é necessário diferenciar assunto e função:

As funções são atribuições próprias ou naturais de um órgão (para que cumpra o fim para o qual foi criado) ou pessoa, em razão das quais os documentos são produzidos, de tal forma que os tipos documentais estão a elas estreitamente ligados (por exemplo, à função de relatar, estaria ligado ao relatório; à de avaliar, a prova, o exame, etc). Os assuntos são divisões artificiais, ligados às áreas do conhecimento humano e suas atividades são as matérias de que tratam os documentos.

Ainda nesse contexto, ao analisar o caso dos arquivos pessoais, Tessitore (1989) diz que o cidadão não possui estruturas que sirvam de base para arranjo de sua documentação, mas a sua produção documental acumula-se organicamente e essa organicidade está intrinsecamente ligada aos papéis sociais que o indivíduo desempenha ou desempenhou no decorrer da sua vida. Comparando uma pessoa física a uma instituição, pode-se dizer que esses vários papéis correspondem às mais diversas funções exercidas, as quais se constituem em grandes áreas de atuação e com um certo grau de estabilidade (vida pessoal e familiar, atividades profissionais, políticas, culturais e tantas outras).

O arranjo, enquanto instrumento metodológico organiza física e internamente os fundos documentais que já se encontrem na terceira idade (fase permanente). Para a realização do arranjo, é necessário que o arquivista analise a documentação levando em conta, sua proveniência, o histórico do fundo, o contexto de produção dos documentos, o conteúdo, a organicidade entre outras questões relevantes.

De acordo com Bellotto (2004) o arranjo em fundos torna o arquivo permanente organizado e lógico, mas a descrição é o único caminho que possibilita que as informações contidas nas séries e/ou unidades documentais cheguem até aos usuários.

3 O NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL (NDIHR): um lugar de preservação e memória

As discussões sobre a importância do desenvolvimento de práticas arquivísticas vêm sendo ampliadas no cenário nacional. Os Centros de Documentação, Museus e Arquivos tem sido palco destes debates devido ao grande conteúdo informacional que eles abrigam.

O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), criado em 1976, atua como centro de

referência e de pesquisa documental. Dentre seus objetivos, destacam-se a preocupação com a preservação, conservação e representação da memória regional.



Foto 1: Entrada do NDIHR
Fonte: Arquivo Pessoal, 2019

O NDIHR, responsável pelo desenvolvimento e promoção de projetos de pesquisa, foi compondo riquíssimo patrimônio que auxilia nas mais diversas pesquisas de interesses acadêmicos e sociais. Além do seu acervo próprio, o Núcleo também conta com alguns arquivos pessoais de interesse público e social.

Os arquivos pessoais, segundo Bellotto (2004, p.266), são conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade dos mais variados profissionais e sua divulgação no meio científico e na sociedade civil trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade. É partindo desse pressuposto que o NDIHR se ocupa com a organização, preservação, guarda e acesso desses acervos.

O Fundo Arquivístico José Alberto Kaplan vem somar-se aos demais fundos existentes no Arquivo Permanente do NDIHR por desejo do próprio produtor. Kaplan era argentino naturalizado brasileiro.

3.1 O Arquivo Permanente do NDIHR

Segundo o Art. 18 da Resolução 20/97 do Conselho Universitário (CONSUNI) da UFPB, o Arquivo Documental é o órgão de apoio técnico do NDIHR, encarregado

da organização material da documentação necessária aos seus Programas Permanentes (Pesquisa, Documentação e Memória Regional, Extensão e Ensino, e de Divulgação e Publicação).

São atribuições do Arquivo Documental: organizar a documentação produzida pelas pesquisas do NDIHR, em suas diversas modalidades; **organizar a documentação, de pessoa física e/ou jurídica, doada ou sob custódia do NDIHR**; organizar bases de dados com informações sobre fontes de pesquisa para a História nordestina; divulgar a documentação existente no seu acervo, através de instrumentos de pesquisa, exposições e outras atividades; e elaborar relatórios semestrais e anuais das atividades desenvolvidas.



Foto 2: Entrada do Arquivo do NDIHR
Fonte: Arquivo Pessoal, 2019

O quadro/corpo funcional do Arquivo do NDIHR é composto atualmente por duas arquivistas. Ambas são formadas em História, com especialização em Organização de Arquivos e mestrado em Ciência da Informação. Uma delas é formanda do Curso de Arquivologia da UFPB.

Atualmente, a área destinada ao Arquivo compreende duas salas: uma reservada ao acervo, tratamento técnico e ao atendimento ao usuário e outra de apoio à pesquisa.

O acervo contém documentos textuais, micrográficos, iconográficos, fonográficos, audiovisuais e digitais, que tratam de questões administrativas e da produção científica/ acadêmica dos Programas Permanentes do NDIHR, bem como de

arquivos pessoais, a exemplo dos Fundos Arquivísticos do Maestro Pedro Santos, do **Maestro José Alberto Kaplan** e de Simeão Leal.

Os documentos estão acondicionados em capilhas, inseridas nas caixas-arquivo de polionda e em pastas suspensas e organizados internamente por série e em ordem cronológica.



Foto 3: Acondicionamento dos documentos
Fonte: Arquivo Pessoal, 2019

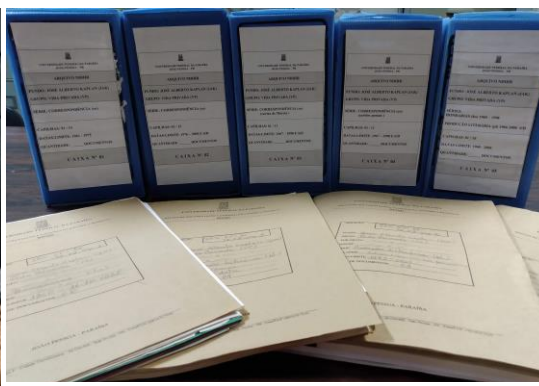


Foto 4: Acondicionamento dos documentos
Fonte: Arquivo Pessoal, 2019

4. JOSÉ ALBERTO KAPLAN: uma breve biografia

José Alberto Kaplan, argentino naturalizado brasileiro, nasceu em Rosário em 16 de julho de 1935 e faleceu em 29 de junho de 2009 em João Pessoa, vítima de uma doença rara que afeta a medula. Atuando como maestro, pianista, compositor e professor, Kaplan teve uma carreira reconhecida nacionalmente. Estudou Piano com Arminda Canteros (Rosário - Argentina), Ruwin Erlich (Buenos Aires - Argentina), Nikita Magaloff (Genebra - Suíça) e Wladyslaw Kedra (Viena - Áustria); e Composição e Regência Orquestral com Julián Bautista (Buenos Aires) e George Byrd (Salvador - BA).

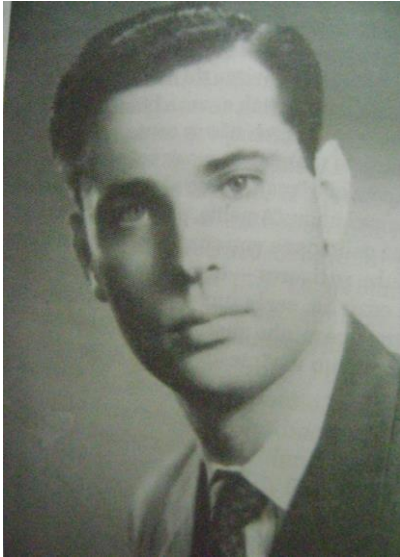


Foto 5: Kaplan aos 21 anos - 1956
Fonte: (KAPLAN, 1999)



Foto 6: Kaplan aos 38 anos no Chile - 1973
Fonte: (KAPLAN, 1999)

Em 31 de julho de 1961 chegou à cidade de Campina Grande/PB, como “o mais novo professor de piano da Pró-Arte” (Kaplan, 1999, p.77) e em 1 de março de 1964, tomou posse na UFPB como professor do, então, Setor de Artes.

Como pianista, atuou nas principais cidades da Argentina e do Brasil. Em 1972 formou com o pianista cearense Gerardo Parente o “Duo de Piano a 4 mãos Kaplan-Parente”, com o objetivo de divulgar o repertório de autores brasileiros para esse tipo específico de formação camerística. Em fins de 1979, por ocasião de sua estada por dois anos em Santa Maria/RS, decidiu definitivamente desativar as atividades do Duo:

A parceria com Gerardo foi uma das experiências mais gratificantes da minha vida profissional. Sinto orgulho do que realizamos. Sem falsa modéstia, contribuímos, de maneira expressiva para divulgar, no País e no exterior, um repertório que, apesar da qualidade e riqueza, estava praticamente esquecido. (KAPLAN, 1999, p.171)



Foto7: Duo Kaplan/Parente
Fonte: Arquivo Kaplan - NDIHR/UFPB

Foi Regente Titular da Orquestra de Câmara do Estado da Paraíba (1974-1977), da Camerata Universitária da UFPB (1978-1980) e da Orquestra Sinfônica do Estado (1986). Atuou também como Regente do Coral Universitário Gazzi de Sá de 1983 a 1985.

Suas composições para Piano, Violão, Coro Misto e diferentes combinações instrumentais foram editadas pela Ricordi (São Paulo), Funarte (Rio de Janeiro), Irmãos Vitale (São Paulo), Chanterelle Verlag (Heidelberg - Alemanha) e Brazilian Music Enterprises (EUA). Várias de suas obras foram gravadas, como a Suíte Mirim, por Ruth Serrão (Funarte - Rio); a Cantata pra Alagamar (Marcus Pereira - São Paulo); o Quinteto para Metais, pelo Quinteto Brassil (COMEP - São Paulo). No exterior, sua Sonatina para Violão foi gravada por Álvaro Pierri para o selo Blue Angel (Frankfurt - Alemanha).

Pela Editora da Universidade Federal da Paraíba, publicou três monografias sobre o ensino da Técnica Pianística. Em 1986, o seu livro Teoria da Aprendizagem Pianística - Uma Abordagem Psicológica foi lançado pela Schott/Movimento (Curitiba/Porto Alegre).

Como professor de Piano e Harmonia, foi convidado a participar dos mais importantes Festivais realizados no País: Ouro Preto (MG), Londrina (PR), Oficina de Música de Curitiba (PR), Vale Veneto (RS), Porto Alegre (RS) e no 1.º Festival Internacional de Música de Natal (RN). Também ministrou Cursos e Masterclasses em Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE), Maceió (AL), Campinas (SP), Goiânia (GO), Porto Alegre e Pelotas (RS), a convite de Universidades e prestigiosas entidades musicais. Idealizador e Diretor Artístico do "Festival de Artes" realizado na cidade de Areia (PB) nos anos de 1976 e 1977.

Kaplan foi um dos fundadores do Departamento de Música da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), do qual foi professor de piano e matérias teóricas (Harmonia Tonal, Contraponto e Estética) de 1964 a 1996, quando se aposentou.

Foi responsável pela criação do polo de compositores e pianistas do estado da Paraíba. Lançou em 1994, sob o patrocínio das Fundações Espaço Cultural, Banco do Brasil e Casa de José Américo, o CD Kaplan: Obras Escolhidas, com uma seleção de oito de suas peças).

Em 1995, a Assembleia Legislativa do Estado lhe outorgou o título de “Cidadão Paraibano”.

Publicou em 1999, o livro autobiográfico “Caso me esqueça(m) – Memórias Musicais” volume I - (1935-1982).

Em 2003, lançou, sob o patrocínio do Governo do Estado da Paraíba, seu segundo CD, Obras para Piano, com seleção de treze obras de sua autoria.

Por ocasião das solenidades de comemoração do cinquentenário da UFPB, José Alberto Kaplan recebeu o título de Professor Emérito e a Comenda Sapientia Aedificat da UFPB, em 02 de dezembro de 2005.

4.1 História Arquivística do Fundo José Alberto Kaplan

Ao longo de sua vida pessoal e profissional, José Alberto Kaplan acumulou documentos referentes às atividades que desenvolveu. Em março de 2006, num primeiro contato com o NDIHR, Kaplan exteriorizou o desejo de doar o seu arquivo pessoal para o Núcleo e a sua biblioteca para o Departamento de Música, ambos da UFPB, pois considerava importante que esta Universidade fosse detentora de um acervo que muito diz sobre o fazer e o saber musical, destacando o processo de criação do Departamento de Música da UFPB e as ações de pesquisa e extensão voltadas para a temática em tela. Ao saber que o NDIHR organizou e “custodia” (a doação ainda não foi oficializada) o Arquivo do maestro Pedro Santos, ele discorreu: “não há lugar melhor para o meu arquivo ficar, pois estará junto ao do meu amigo Pedro Santos. Creio que a Universidade só tem a ganhar com esta aquisição e sei que você tratará muito bem do meu acervo”.

No mesmo mês foi feita a primeira visita técnica para realizar o diagnóstico do acervo, oportunidade em que se tratou sobre os procedimentos para a doação. Ao chegar a sua residência, verificou-se a existência de um espaço reservado para a documentação, a qual se encontrava acondicionada em envelopes, pastas suspensas, de polionda e A/Z, identificadas e organizadas internamente pelo produtor.



Foto 8: Parte do acervo
Fonte: Arquivo Pessoal, 2006



Foto 9: Parte do acervo
Fonte: Arquivo Pessoal, 2006

Após o diagnóstico, informou-se que o seu acervo era de interesse do NDIHR, pois grande parte da documentação versava sobre as atividades desenvolvidas como professor da UFPB. Kaplan insistiu que fosse levado para o Núcleo aquela parte do acervo já identificada e que gradativamente ele iria selecionando outros documentos e informaria para que se providenciasse o recolhimento. Seria o tempo necessário para se providenciar o termo de doação e assim foi feito. No entanto, o recolhimento (parcial) se deu de forma gradativa e em muitas etapas, isto devido a sua condição de saúde estar bastante frágil.

Com o seu falecimento no ano de 2009, outra parte do seu acervo, composta de documentos identitários, tais como, correspondência, partituras, fotografias, ainda se encontra em posse da viúva, Sra. Márcia Steinbach Silva Kaplan. Por se tratar de documentos de alto valor afetivo e de difícil desapego, espera-se que o Arquivo JAK seja agraciado e consiga recolher esses documentos num futuro próximo.

Em 2009, já com uma parte considerável do acervo no NDIHR, foi iniciada a primeira fase de organização com a participação de duas bolsistas (alunas dos cursos de Arquivologia e História) graças à aprovação do projeto “Memória Musical na Paraíba: o acervo do Maestro José Alberto Kaplan” pelo Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX/UFPB), que se seguiu em 2010 e 2011 com novas submissões e aprovações.

Com o final do projeto e o afastamento da arquivista para a realização de estudos de mestrado e para outras demandas, além de questões administrativas do Núcleo, a organização foi suspensa temporariamente.

Em 2018, as atividades de organização foram reiniciadas, dando início a sua segunda etapa, que compreende: conclusão do quadro de arranjo (com a classificação

definitiva dos documentos) elaborado a partir das funções e atividades desenvolvidas pelo titular do arquivo; organização das matérias jornalísticas; revisão geral do acervo.

Em agosto do mesmo ano, o Arquivo Central da UFPB informou sobre a existência de vários documentos do professor Kaplan, que estavam juntos ao seu acervo bibliográfico, uma vez que o Departamento de Música solicitou ao Arquivo Central apoio para a realização de tratamento técnico da “Biblioteca de Kaplan”. Na ocasião, identificamos os referidos documentos, perfazendo um total de sete caixas-arquivo. Atualmente, o Arquivo do NDIHR aguarda o recebimento desses documentos (que estão em processo de higienização) para serem inseridos no Fundo Arquivístico JAK, e sinalizados no quadro de arranjo.

A documentação acumulada não se limita às várias atividades desenvolvidas na UFPB, pois registram outras áreas de atuação, como: professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como regente das Orquestras Sinfônica e de Câmara da Paraíba, os inúmeros cursos ministrados nos vários conservatórios de música nacionais e internacionais, além de tantas outras atividades que sempre giraram em torno da sua grande paixão: a música.

Contendo cerca de cinco metros lineares de documentos textuais, além de alguns itens videográficos, fonográficos e iconográficos, o acervo nos permite observar sua carreira como estudante e professor de piano, como compositor, maestro, e outras funções desenvolvidas por esse argentino de nascença e paraibano de coração, como ele mesmo se declarava.

4.2 “Para que não o esqueça(m)”: organização do Arquivo Pessoal José Alberto Kaplan

O tratamento de arquivos pessoais exige cuidados especiais da equipe técnica responsável, desde os primeiros contatos com o doador, passando pelo recolhimento até sua abertura para o pesquisador. Nesse caminho muito há de ser considerado, afinal o trabalho não envolve apenas o trato documental, mas a captação de trajetórias de vidas, sentimentos, escritas de si, etc.

A organização do Arquivo José Alberto Kaplan está em sua segunda fase. Por se tratar de um processo, é salutar, inicialmente, fazer um pequeno relato das atividades desenvolvidas na sua primeira etapa enquanto projeto do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX/UFPB).

4.2.1 Primeira fase (2009 - 2011)

O projeto teve como objetivo organizar, preservar e dar acesso à documentação pessoal do referido maestro, contribuindo de forma efetiva para a abertura de um arquivo de alto valor musical e cultural, que possibilitará novas frentes de pesquisas. Durante o primeiro mês de atividades, foi realizado um treinamento teórico-metodológico com as bolsistas, visando a sua formação em técnicas arquivísticas e o conhecimento da História do titular do arquivo.

O trabalho consistiu em leituras e discussões do Projeto e de textos referentes à Arquivística, especialmente sobre arquivos pessoais e permanentes, como também, do livro “Caso me esqueça(m): memórias musicais” de autoria de Kaplan. Esta leitura foi fundamental para que a equipe conhecesse a trajetória do maestro e professor, o que também possibilitou a elaboração de uma breve biografia.

Além dessas atividades, as bolsistas iniciaram a higienização documental - limpeza física dos documentos, com a retirada resíduos sólidos, grampos e cliques metálicos - mediante orientação técnica.

Paralelo à higienização foi realizada uma verificação nos conjuntos documentais que apresentavam uma classificação preliminar – ordem original - observando o assunto, a tipologia e a ordem cronológica. Este procedimento também visava à conferência das informações contidas nos espelhos das pastas nas quais os documentos se encontravam acondicionados no momento do seu recolhimento ao Arquivo do NDIHR. Conferidas as informações, os documentos foram acondicionados em caixas-arquivo de polionda. Este exercício possibilitou um maior contato com o conjunto documental.

Avaliar e classificar documentos de arquivos pessoais são atividades complexas, dado as especificidades desses tipos de arquivos. Situação menos marcante acontece nos arquivos institucionais que contam com o seu organograma para facilitar a delimitação da produção documental.



Foto 10: Bolsistas do Projeto
Fonte: Arquivo Pessoal, 2009



Foto 11: Classificação preliminar
Fonte: Arquivo Pessoal, 2009

O trabalho de análise documental exigiu grande dedicação, pois um dos problemas recorrentes foi a classificação da natureza do documento, por muitas vezes, ambígua. Nestes tipos de acervos - os pessoais, a vida privada e pública do produtor por vezes se confunde. Portanto, determinar como classificar esse ou aquele documento, em alguns momentos, é tarefa exaustiva, porque,

[...] os arquivos pessoais põem à prova, a todo momento, os conceitos e princípios que regem a ciência arquivística, constituindo, por isso mesmo, um desafio metodológico instigante (CAMARGO, 2008,p. 9).

O contato com a documentação possibilitou a visualização de informações que não estavam contempladas no livro “Caso me esqueça(m): memórias musicais”, o que levou a equipe a realizar pesquisas em outros arquivos, com o intuito de preencher algumas lacunas a respeito da biografia de Kaplan. Os arquivos consultados foram o da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) e da então Superintendência de Recursos Humanos (SRH), hoje Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, ambos da UFPB.

Foi realizado o levantamento da espécie/tipologia documental e os documentos foram listados de acordo com a sua espécie/tipologia. Essa etapa foi fundamental para a racionalização da organização do arquivo que resultou no primeiro esboço do quadro de arranjo. O quadro de arranjo, segundo Schellenberg (1974, p.134-135) é “o processo de reorganizar e juntar documentos segundo um plano [...] de tal maneira que a organização e funções que os produziram neles se reflitam”.



Fotos 12, 13 e 14: CD's, livros e cartas
Fonte: Arquivo Kaplan - NDIHR/UFPB

Dessa forma, o manuseio da documentação naquele momento exigiu da equipe cuidados constantes. A aplicação contínua de uma metodologia garantiu eficiência na realização das etapas de trabalho, apesar da equipe ter detectado alguns problemas, estes foram logo corrigidos.

4.2.2 Segunda fase (2018...)

Para a retomada das atividades da organização do Arquivo JAK, foram estabelecidas algumas prioridades. A primeira foi concluir o quadro de arranjo que compreende a disposição física dos documentos de arquivo, com base nos princípios e métodos da Arquivologia. É uma construção física e intelectual, como bem define o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.3): “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido.”

Para tanto, foram realizados estudos baseados nos fundamentos arquivísticos, na trajetória do titular e em documentos do próprio Arquivo JAK, necessários também para definir as séries documentais.

A versão final encontra-se em fase de conclusão tendo em vista alguma possível mudança em decorrência do futuro recolhimento de novos documentos. A estrutura escolhida para representação da organização do acervo foi a funcional, que dispõe a documentação de acordo com as atividades exercidas pelo maestro ao longo de sua vida profissional e pessoal que sempre acabam em ponto comum: a música, sua grande paixão!

Os níveis de organização adotados no arranjo foram os seguintes:

Fundo: unidade produtora e acumuladora da documentação (José Alberto Kaplan - JAK);

Grupos: correspondem as suas áreas de atuação ou funções, tendo se constituído de dois Grupos: 1. Vida Privada; 2. Vida Funcional.

O grupo Vida Privada é constituído pelas seguintes séries documentais:

Série 1 - Correspondência;

Série 2 - Honorarias;

Série 3 - Matérias jornalísticas;

Série 4 - Produção literária;

Série 5 - Registros Pessoais e Profissionais.

O Grupo Vida Funcional, é constituído por três subgrupos, decorrentes das funções públicas exercidas pelo titular.

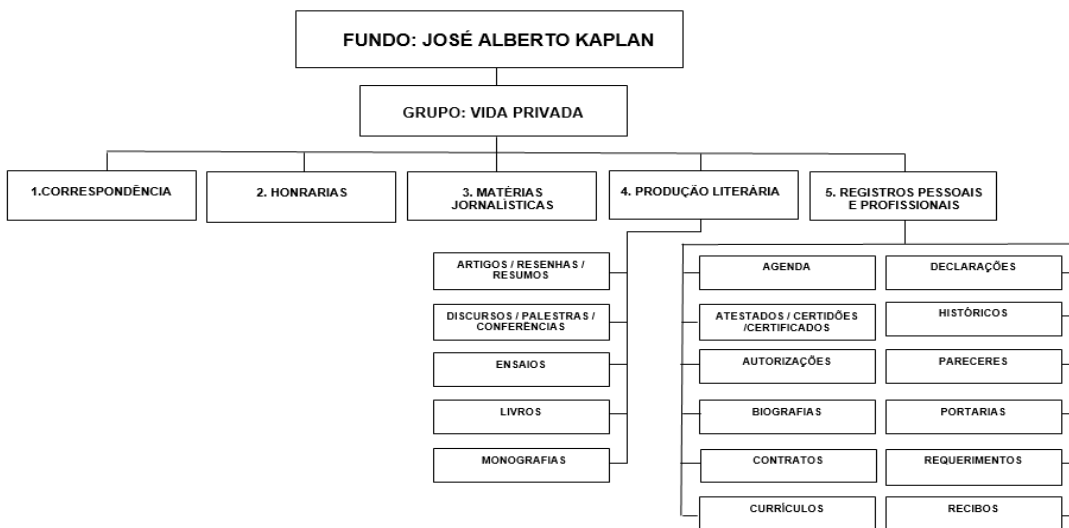
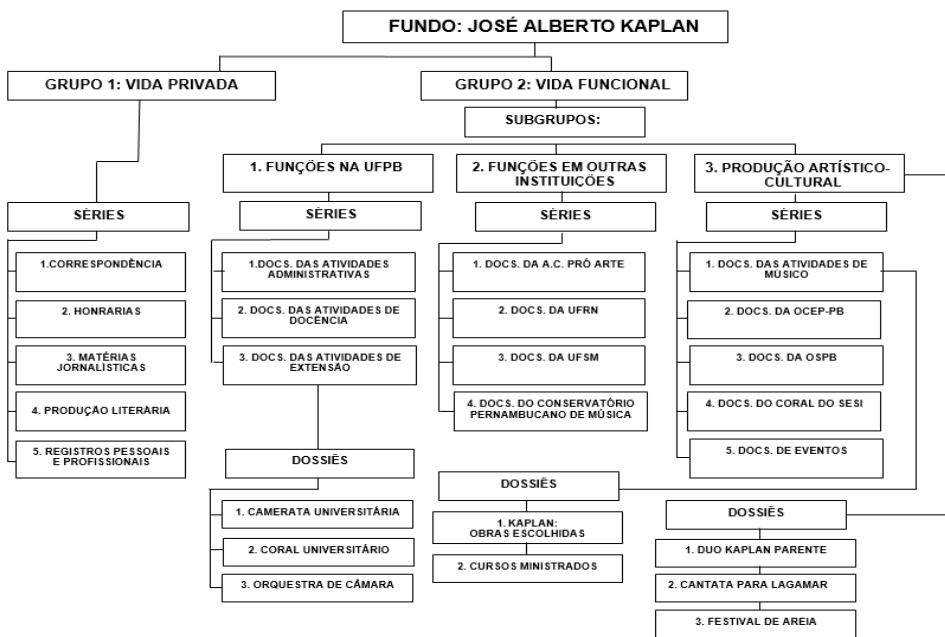
Subgrupo 1- Funções na UFPB, composto de três séries e três dossiês;

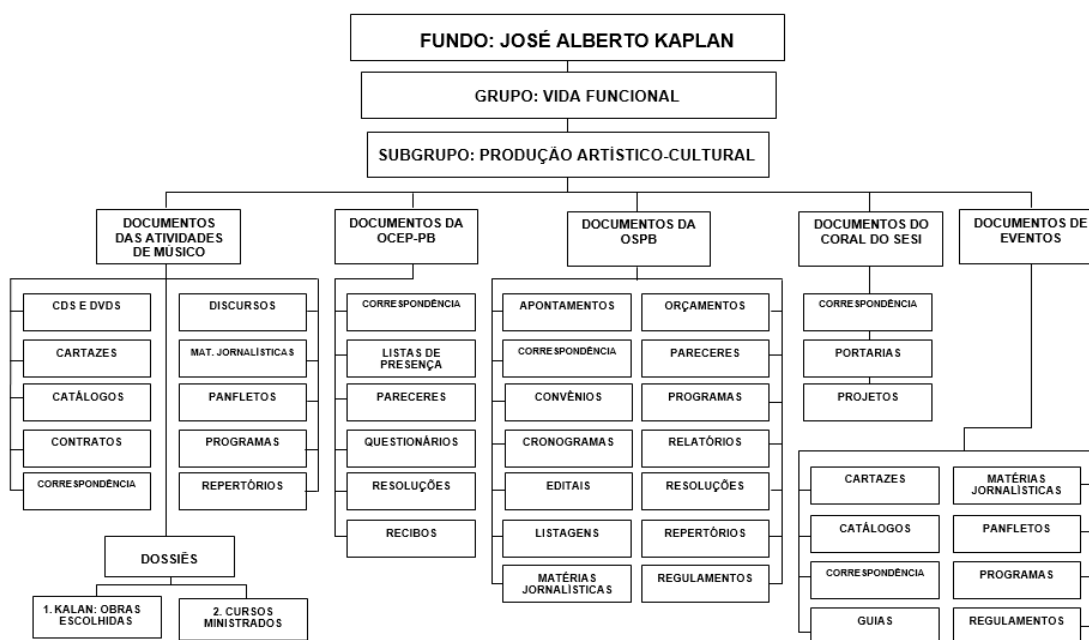
Subgrupo 2- Funções em outras instituições, constituídos de quatro séries;

Subgrupo 3 - Produção artístico-cultural, composto de cinco séries e quarenta e uma subséries e dois dossiês.

Nas séries os documentos são agrupados de acordo com as funções as quais eles se referem; *Subséries*: estas são subdivisões das séries que representam os itens documentais. E, por fim, foram criados *Dossiês*, unidades documentais em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica. No caso do Fundo JAK, tem dossiês que vêm diretamente do subgrupo e outros das séries documentais. Eles foram determinados de acordo com alguns temas específicos, por se tratarem de assuntos de relevância social, como é o caso da Cantata pra Alagamar e do Festival de Areia, além dos que o maestro considerava de extrema estima pessoal como é o caso do Duo Pianístico Kaplan-Parente.

O Quadro de Arranjo que se segue significa um dos momentos de culminância do processo de organização do Arquivo José Alberto Kaplan. A sua leitura atenta explicita o peso do trabalho realizado no desenvolvimento das atividades arquivísticas necessárias para identificar e articular todo o conjunto documental, mas, sobretudo, é capaz de dar visibilidade a uma diversidade de documentos reveladora de uma vida profícua, de trabalho, dedicação e de desprendimento nas suas relações e comprometimento com a sociedade.





5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a relevância da prática arquivística, como um dos elementos de formação no contexto da graduação, essa pesquisa, enquanto relato de experiência foi bastante enriquecedora, pois permitiu que a autora, ao atingir os objetivos propostos vivenciasse no processo de organização de um arquivo pessoal, as atividades de classificação, que resultaram na elaboração do quadro de arranjo. Essa experiência também serviu como aprofundamento das questões teóricas acerca da temática, que ainda carece de mais atenção por parte da comunidade arquivística. Portanto, espera-se que essa pesquisa possa contribuir para a ampliação do debate e das ações sobre arquivos pessoais.

De modo geral, a atividade de classificação/arranjo (com o estudo das espécies/tipologias documentais) possibilitou identificar documentos de extrema relevância na representação da memória institucional (UFPB, mais especificamente do atual Departamento de Música), bem como, da memória regional, nacional e até internacional, no âmbito da música e do papel social do maestro e Prof. José Alberto Kaplan. Essa afirmação mostra a importância do arquivo pessoal, onde os aspectos públicos e sociais se confundem, como mostra a literatura sobre a temática abordada.

Numa observação apurada é possível relacionar as séries/tipologias mais recorrentes. Entre elas estão os programas dos concertos que Kaplan executou ou que de alguma forma estavam ligados a ele. Percebe-se também um número considerável de documentos de valor administrativo, quase todos relacionados ao funcionamento da UFPB, são ofícios, regulamentos, declarações, portarias, resoluções que remetem ao início de setores da universidade como o extinto Departamento Cultural que deu origem à atual Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC). Essas espécies documentais também são recorrentes no que diz respeito à organização de orquestras de renome como a OSPB (Orquestra Sinfônica da Paraíba) e OCEP (Orquestra de Câmara do Estado da Paraíba).

Além dessa documentação eminentemente administrativa, há outros documentos de ordem pessoal, como correspondência (a exemplo de cartas, telegramas e cartões postais, que tratam de questões de foro íntimo com a família, amigos, ex-alunos, viagens, concertos, etc), além de certificados de cursos, currículos, recibos, convites e contratos.

O acervo conta com inúmeras matérias jornalísticas que trazem assuntos relativos ao mundo da música, das atuações e contribuições de Kaplan nas mais diversas atividades musicais e de fatos recorrentes da sociedade paraibana. Esta série documental ainda será objeto de organização.

Sobre os dossiês, vale destacar o caso da composição da famosa “*Cantata para Alagamar*” que foi composta pelo escritor W. J. Solha e o maestro José Alberto Kaplan no final da década de 1970. Esta obra registrou a luta dos camponeses por um pedaço de chão na Fazenda Alagamar, situada entre os municípios de Itabaiana e Salgado de São Félix, na Paraíba.

Outro ponto recorrente na documentação foi o seu interesse em estudos de música erudita, observado a partir dos seus projetos e suas composições. Mas, sua obra não ficou restrita apenas a estes muros, ela foi muito mais além. As canções de Kaplan atravessaram mares e continentes. Registro encontrado nos diversos programas e convites de recitais de execução de sua obra em âmbito nacional e internacional.

Sua produção intelectual foi inovadora no campo do desenvolvimento da técnica pianística, despertando enorme interesse acadêmico que resultou em inúmeros cursos ministrados e posteriormente no recebimento de vários prêmios. Todos esses registrados em diplomas, convites e projetos de execução de cursos.

A organização do Arquivo de Kaplan tem revelado um acervo de muita expressividade, com enorme potencial para diversas pesquisas no âmbito da música, com destaque para o ensino de piano, regência e composição; a criação do Departamento de Música da UFPB, entre outros assuntos, mas, de forma bem particular para a pessoa de José Alberto Kaplan, que enquanto cidadão paraibano, fez da sua trajetória de vida, uma história social, tecida com dedicação, convicção, afeto, desafeto, amor, dor, esperança, gratidão e muita música para o coração.

Aguarda-se a chegada de novas remessas de documentos para o Arquivo JAK, o que permitirá a elaboração de uma versão final do quadro de arranjo e, conseqüentemente, da organização documental. Vencida esta fase, serão elaborados os instrumentos de descrição (inventário e catálogos), que viabilizarão o acesso aos documentos e às informações deste Arquivo que é, sem dúvida, a expressão da mais pura dedicação à vida, à arte e à música!

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 201-108, 1998.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1998 (Projeto como fazer; v.1)

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispões sobre a política de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Seção 1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

BRITTO, Augusto César Luiz; CORRADI, Analaura. Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. **Ponto de acesso**, Salvador, v.11, n.3, p. 148-169, dez. 2017. Disponível em: www.pontodeacesso.ici.ufba.br. Acesso em: 02 de abril de 2019.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa In: MUELLER, Suzana P. M. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007, p. 39-62.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre Arquivos Pessoais. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.7, n.2. jul./dez. 2008.

_____; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique (IFHC). 2007. 316 p.

DICIONÁRIO de **Termos Arquivísticos**. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 1989.

DICIONÁRIO **Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Associação dos Arquivistas Brasileiros / Núcleo Regional de São Paulo. São Paulo: 1990.

DICIONÁRIO de **Terminologia Arquivística**. Ana Maria de Almeida Camargo; Heloísa Liberalli Bellotto (coord.). São Paulo (Brasil): Associação dos Arquivistas Brasileiros / Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DICIONÁRIO **Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas nº 51)

DUCROT, Ariane. A classificação dos Arquivos Pessoais e Familiares. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p.151-168, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1998 (Projeto como fazer; v.2)

KAPLAN, José Alberto. **Caso me esqueça(m)**: memórias musicais. V.1 (1935-1982). João Pessoa: Secretaria da Educação e da Cultura, 1999.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**, v. 8, n. 15, 2005, p. 69-82.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos de Cientistas**: gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: ARQ-SP, 2005.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos**: princípios e técnica. Trad. de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Mobile, 2012.

TESSITORE, Viviane. Arranjo: estrutura ou função? **Arquivo: Boletim Histórico e Informativo**, São Paulo, v.10, n. 1, p.19-28, jan-jun. 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. CONSUNI. **Resolução n. 20/97**. João Pessoa, 1997.